

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011916-65.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inventário e Partilha**  
 Requerente: **Rosa Maria Cicarella Rodrigues**  
 Requerido: **Rosina Cicarella**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Trata-se de procedimento de arrolamento.

ITCMD.

Verifica-se que a única providência faltante é o recolhimento de parte do

Atualmente, com a vigência do NCPC, as questões relativas às taxas e tributos não se submetem mais ao crivo judicial (artigos 659/663, do CPC).

A partilha apresentada nos autos pela inventariante (fls. 21-A/27-A) não foi objeto de impugnação.

As questões levantadas pelo herdeiro José Roberto foram apreciadas na decisão de fls. 95.

A Fazenda do Estado não se opôs ao prosseguimento da ação (fls. 240).

No mais, estando os autos regulares, HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 21-A/27-A, para que produza seus efeitos legais, estando ressalvado erro de conta e direitos de terceiros.

Expeça-se oportunamente formal de partilha (facultado aos interessados solicitarem diretamente no Cartório de Notas), intimando-se, outrossim, ao Fisco Estadual, via postal, observando o requerimento de fls. 240, último parágrafo, para lançamento administrativo do ITCMD, nos termos do § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos das taxas e tributos deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Cumpridas as determinações e procedidas as anotações necessárias, ao arquivo.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**